

**Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na Revista "Veja", edição 2022, n.º 33, de 22 de agosto de 2007.**

**REQUERIMENTO Nº            DE 2008  
(do Sr. Luíz Couto - PT/PB)**

Solicita seja convocado o Sr. Luiz Carlos Mendonça de Barros para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre escutas clandestinas de que teria sido alvo.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 36, Inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para que seja convocado o Sr. Luiz Carlos Mendonça de Barros a fim de prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre “grampos” telefônicos e escutas clandestinas de que teria sido alvo, durante o processo de disputa comercial e financeira ocorrido em 1998, ano em que foi a leilão o Sistema Telebrás.

**JUSTIFICAÇÃO**

A crescente complexidade e o grande volume de recursos movimentados pelo mundo empresarial tem ensejado disputas comerciais onde, às vezes, as partes envolvidas adotam estratégias e ações que fogem aos padrões legais.

Na história recente do capitalismo brasileiro o caso mais emblemático ocorreu no processo de privatização das empresas estatais, particularmente aquelas pertencentes ao sistema Telebrás. Tudo começou em 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando o senhor Daniel Dantas começou a dedicar-se à tarefa de amealhar recursos de fundos de pensão de empresas estatais e do BNDES, para atuar no processo de privatização de empresas controladas pelo estado. Além do fundo nacional, Daniel Dantas aliou-se ao Citibank e constituiu também um fundo para investidores estrangeiros, com sede na Ilhas Cayman, conhecido paraíso fiscal.

Um dos executivos e sócio do Grupo Opportunity, banco gestor dos fundos, era o senhor Daniel Dantas, tido como mentor do processo de aquisição de várias empresas nacionais, dentre elas, três empresas resultantes da cisão do Telebrás: Brasil Telecom Participações; Telemig Celular Participações e Telenorte

Celeular Participações, arrematadas num dos mais controversos leilões públicos de ações ocorridos no país.

Entretanto, ainda em 1998, o mercado financeiro se perguntava sobre como um banqueiro jovem, à frente de um grupo com menos de cinco anos existência poderia ter amealhado tantos recursos dos Fundos de Pensão. Pairavam questões e desconfiava-se da existência de “alavancagem” ou “preferência” política por parte do governo de Fernando Henrique Cardoso do PSDB em relação a Daniel Dantas.

Em 25 de novembro de 1998, a Revista Carta Capital revelou a interferência do Governo Federal, inclusive por intermédio do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a favor do Grupo Opportunity na privatização do Sistema Telebrás, conforme a seguir:

### **SOB SUSPEITA**

#### **Diálogos exclusivos dos grampos no BNDES acentuam a interferência do governo no leilão da TELEBRÁS**

- *“Temos que fazer os italianos na marra, que estão com o Opportunity. Combina uma reunião para fechar o esquema. Eu vou praí às 6h30 e às 7 horas a gente faz a reunião. Fala pro Pio que vamos fechar (os consórcios) daquele jeito que só nós sabemos fazer. (Luiz Carlos Mendonça de Barros para André Lara Resende, presidente do BNDES, sobre a intenção de operar em favor do consórcio integrado pelo banco de investimentos Opportunity e a Telecom-Itália.)”*
- *“Vai lá e negocia, joga o preço para baixo. Depois, na hora, se precisar, a gente sobe e ultrapassa o limite. (André Lara Resende para Pêrsio Árida, sócio do Opportunity.)”*

Mendonça de Barros, o presidente do BNDES, André Lara Resende, Pio Borges, Vice-Presidente do BNDES, e Pêrsio Árida, sócio do Opportunity, combinam como pressionar a Previ para que feche com “os italianos” e o Opportunity.

Enfim, a explosão. Nos telefonemas, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, chamado de “bomba atômica”, é instado a pedir à Previ que feche com o Opportunity. O mesmo se dá com o Diretor do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira.

Em maio de 1999, foi revelado com mais intensidade o elo entre Daniel Dantas e o PSDB. O jornal “Folha de São Paulo”, de posse de 46 fitas contendo conversas gravadas, afirma que “FHC tomou partido de um dos grupos no leilão da TELEBRÁS”. Abaixo segue transcrição da matéria:

“Novas fitas do grampo do BNDES, ainda inéditas para o público, mostram que o presidente Fernando Henrique Cardoso não só sabia como também autorizou e participou de uma operação para favorecer empresas no leilão de

privatização da Telebrás. O governo argumenta que interveio, a seu ver de modo legítimo, para aumentar o valor do leilão. A **Folha** obteve as fitas sob a condição de não identificar a pessoa que as encaminhou. A Constituição assegura ao jornal, em seu artigo 5º, inciso 14, o direito de preservar o informante.

O episódio resultou na queda de Luiz Carlos Mendonça de Barros (do Ministério das Comunicações) e de André Lara Resende (do BNDES).

A **Folha** obteve 46 fitas com conversas gravadas principalmente na sede do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), na época em que o leilão foi realizado, no dia 29 de julho do ano passado. Foi a maior privatização da história, com a qual a União arrecadou R\$ 22 bilhões.

FHC autorizou a utilização de seu nome para pressionar um fundo de pensão estatal a entrar em um dos consórcios que participaram do leilão das teles. A autorização do presidente foi dada de forma direta a André Lara Resende, o então presidente do BNDES.

As fitas que a **Folha** obteve e publica hoje mostram que também esteve envolvido na manobra do leilão José Pio Borges, atual presidente do BNDES.

O consórcio que seria beneficiado era encabeçado pelo Banco Opportunity e pela empresa Stet, da Telecom Itália. A intenção de FHC era que a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, participasse do leilão com esse consórcio o que acabou acontecendo, mas a manobra deu errado porque outro grupo ganhou a área pretendida, o consórcio Telemar.

**Os diálogos nas 46 fitas (69 horas) foram gravados clandestinamente no ano passado. Embora a maioria das gravações tenha sido realizada presumivelmente no BNDES, no Rio, há também conversas captadas por um grampo na casa de Elena Landau, então ligada ao Banco Opportunity. Uma outra casa foi grampeada, mas o material em posse da Folha não permite identificar com precisão o endereço dessa terceira escuta.**

No diálogo mais importante, Lara Resende diz ao presidente que é necessário forçar o fundo de pensão estatal Previ a entrar no consórcio do Opportunity e da Stet. O presidente concorda. Considera arriscado manter o "aventurismo" que seria representado por um outro consórcio. Como representante do "aventurismo", o presidente cita nominalmente o empresário Carlos Jereissati.

**Depois disso, já que FHC concordava com a operação, Lara Resende pede explicitamente para usar o nome do presidente como forma de pressão.** Os dois discutem como acertar a entrada da Previ, no consórcio do Opportunity com o grupo italiano. A Previ também negociava com o consórcio Telemar, de Carlos Jereissati. Eis o trecho da conversa entre os dois:

**André Lara Resende** - Então, o que nós precisaríamos é o seguinte: com o grupo do Opportunity, nós até poderíamos turbiná-lo, via BNDES Par. Mas o ideal é que a Previ entre com eles lá.

**Fernando Henrique Cardoso** - Com o Opportunity?

**Lara Resende** - Com o Opportunity e os italianos.

**FHC** - Certo.

**Lara Resende** - Perfeito? Porque aí esse grupo está perfeito.

**FHC** - Mas... e por que não faz isso?

**Lara Resende** - Por que a Previ tá... tá do outro lado.

**FHC** - A Previ?

**Lara Resende** - Exatamente. Inclusive com o Banco do Brasil que ia entrar com a seguradora etc. que diz, não, isso aí é uma seguradora privada porque...

**FHC** - ... Não.

**Lara Resende** - Então, é muito chato. Olha, quase...

**FHC** - ...Muito chato.

**Lara Resende** - Olha, quase...

**FHC** - Cheira a manobra perigosa.

**Lara Resende** - Mas é quase explícito.

**FHC** - Eu acho.

**Lara Resende** - Quase explícito.

**FHC** - Eu acho.

**Lara Resende** - Então, nós vamos ter uma reunião aqui, estive falando com o Luiz Carlos, tem uma reunião hoje aqui às 6h30. Vem aqui aquele pessoal do Banco do Brasil, o Luiz Carlos etc. Agora, se precisarmos de uma certa pressão...

**FHC** - ...Não tenha dúvida.

**Lara Resende** - A idéia é que podemos usá-lo aí para isso.

**FHC** - Não tenha dúvida.

**Lara Resende** - Tá bom."

A presença do Sr. Luíz Carlos Mendonça de Barros para prestar depoimento a esta Comissão é, portanto, fundamental ao esclarecimento dos fatos relacionados com a espionagem ilegal que, supostamente, teriam sofrido membros e ex-membros do Governo Federal em 1998. Daí a necessidade da presente oitiva, a qual poderá indicar a esta Comissão, com precisão e detalhes, até que ponto houve real violação de direitos constitucionais.

Sala da Comissão, 15 de julho de 2008.

Deputado Luíz Couto  
-PT/PB